

Educação como prática da liberdade: Paulo Freire

Silene Cláudia de Jesus¹

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

A obra *Educação como prática da liberdade* foi escrita por Paulo Freire durante seu exílio² no Chile e publicada pela editora Paz & Terra em 1967. Nela, o autor aborda a importância da participação ativa dos indivíduos na construção deles e da sociedade, fundamentada no desenvolvimento de uma consciência crítica baseada na educação libertadora como ferramenta de transformação social. No prefácio, intitulado “O poder da palavra”, Pierre Furter reflete acerca da obra e de Freire, e confere a ele habilidades como: o uso da dialética durante sua exposição, o que possibilita tempo para reflexão do leitor; a oralidade pedagógica alinhada à práxis comunicativa, além de exaltar a força e convicção do autor em prol da educação libertadora. Ademais, destaca a importância da educação como instrumento prático de transformação das sociedades.

Disposto em 157 páginas, o livro inclui a apresentação de Francisco Weffort, intitulada “Educação e política”, seguido da poesia de Thiago de Mello, “Canção para os fonemas da alegria”, seção de agradecimentos e esclarecimentos do autor, e está dividido em quatro capítulos, o primeiro “A sociedade em transição”, o segundo “Sociedade fechada e inexperience democrática”, o terceiro “Educação *versus* massificação” e o quarto “Educação e conscientização”, além do apêndice, que contém alguns materiais referentes ao método de alfabetização.

Na apresentação do livro, Weffort explora profundamente as dimensões filosóficas da pedagogia libertadora, contextualizando-as no cenário político, social e econômico do Brasil. Ele destaca o método de alfabetização de adultos em Angicos, coordenado por Freire no

¹ Graduada em Direito pela Universidade de Uberaba, Minas Gerais, Brasil; técnica-administrativa em educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil. / Graduated in Law, University of Uberaba, State of Minas Gerais, Brazil; administrative technique in education at the Federal University of Triângulo Mineiro, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: silclaudia02@gmail.com.

² Paulo Freire foi exilado em 1964 após o Golpe Militar no Brasil, acusado de subversão por seu método de alfabetização que promovia a conscientização crítica. Continuou desenvolvendo as ideias dele, passando por países como Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça e retornando ao Brasil em 1979, após 15 anos de exílio.

Nordeste em 1962, seus significados e sua expansão ao nível nacional, e aborda também a centralidade da educação no processo de democratização e transformação social. Por fim, contrasta a visão emancipatória de Freire com a manipulação populista que, concentrada predominantemente no aumento do eleitorado, falha em promover a verdadeira libertação das classes populares.

No primeiro capítulo, “Sociedade brasileira em transição”, Freire aborda a existência humana a partir de sua concepção filosófica e vocação ontológica do ser, contextualizando aspectos político-sociais brasileiros e os desdobramentos deles desde o período colonial até o Brasil republicano. Destacando, de forma crítica e reflexiva, as relações do ser humano com o mundo e com os outros, considerando que este atua na sociedade como agente criador e recriador de sua realidade, diferindo dos animais pela consciência e capacidade de produzir cultura por meio de seus instrumentos, signos e sistemas de produção. De modo que, ao transformar o mundo de forma consciente, criativa e alinhada a uma visão ética e justa, o homem cumpre a vocação dele de libertação, em oposição à domesticação ou dominação.

Ressalta a responsabilidade do homem em atribuir significado às dinâmicas sociais e a importância de uma educação crítica que facilite a integração dos indivíduos à sociedade na construção de uma democracia autêntica baseada na participação popular. Argumenta que essa participação deve ocorrer de forma ativa, alinhada à realidade e rejeitando a visão estática imposta pela classe dominante, sob pena de incorrer numa “massificação” de ideias em que, normalmente, os mais vulneráveis aceitam passivamente a visão de grupos dominantes, resultando na perda da capacidade de agir de forma consciente e crítica e, conseqüentemente, na domesticação das massas.

Nesse processo transitivo, embora o autor preconize uma postura ativa contra a opressão e soluções radicais como, por exemplo, a rejeição ao mero ativismo, ele também alerta, como consequência do comportamento reflexivo, para o perigo da “sectarização”, caracterizada pelo fanatismo e intolerância. Salienta que a sociedade alienada, sem uma educação crítica, pode inclinar-se ao otimismo ingênuo ou desesperança e, portanto, a mudança requer uma postura

autoconfiante, com o abandono do pessimismo e otimismo ingênuo para o desenvolvimento do otimismo crítico.

O processo de conscientização enfrenta grande resistência em nome de interesses latifundiários que, na busca pela preservação de sua hegemonia, reagem criando mecanismos para limitar as ações do povo, recorrendo, por vezes, ao assistencialismo³ como forma de silenciar a população e desresponsabilizá-la de qualquer decisão. Freire argumenta que isso gera uma “intransitividade inconsciente” definida por indivíduos desconectados da consciência histórica e focados, por vezes, em questões meramente biológicas. Ele defende a educação crítica como forma de superação da consciência transitiva ingênua que torna as pessoas facilmente manipuláveis.

No segundo capítulo, intitulado “Sociedade fechada e inexperiência democrática”, Paulo Freire analisa as implicações da transição do Brasil colonial para a República, destacando a ausência da participação popular como um traço marcante da sociedade brasileira e defende que, para melhor entendimento dessa transição, é preciso compreender o passado brasileiro marcado pela inexperiência democrática e pela ausência de diálogo, ambas condições herdadas do período colonial.

Caracterizada por uma sociedade fechada, de economia agrária e trabalho escravo, a estrutura social e econômica brasileira no período colonial baseava-se nas grandes propriedades rurais e no poder dos senhores de terras, portanto não havia qualquer intenção em criar uma sociedade organizada e democrática. Isso resultava numa estratificação social entre as pessoas simples e submissas ao controle colonial e homens gananciosos, focados em terras e indiferentes à democracia.

Nesse contexto, o “antidiálogo” permeava as relações e impedia o desenvolvimento de uma consciência transitiva, essencial para a participação ativa nas transformações pelas quais o Brasil passava. Dessa forma, é possível verificar que os vestígios da colonização influenciam

³ Intervenção social que atenua momentaneamente um problema social, sem abordar a sua causa principal e sem propor políticas que garantam a autonomia e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade.

o Império até a República, a exemplo do povo que assistiu atônito a Proclamação da República, sem nada entender, como destaca o autor.

Em sua análise histórica, Freire destaca como o marco do despertar do espírito democrático brasileiro, ainda que atrelado aos “velhos costumes”, as transformações da Era Industrial, por volta de 1930, lançaram a sociedade numa emergente necessidade de superação de sociedade fechada e, mais tarde, culminou noutro avanço importante evidenciado pela “rachadura” com o Regime Militar, de conjectura autoritária e antidemocrática. A vista disso, o autor reafirma como passo inicial a necessidade de mudança da consciência social por meio de uma educação crítica, considerada a única ferramenta capaz de romper o ponto de “estrangulamento”, que impede a verdadeira instituição democrática.

No terceiro capítulo, “Educação *versus* massificação”, Freire destaca que a transição para uma sociedade aberta e industrializada requer uma educação crítica capaz de provocar o rompimento com a transitividade ingênua do povo e promover a emancipação em contraste com a educação tradicional que perpetua a opressão. Ele defende a participação ativa dos brasileiros nas decisões sociais e políticas a partir da mobilização e da compreensão dessas ações por meio do diálogo, como forma de combater a opressão de grupos poderosos e desenvolver uma consciência crítica que promova a transformação social efetiva.

Nesse sentido, o autor critica o “verbalismo” entranhado na educação brasileira e a mera transmissão de conhecimento pautada na memorização desvinculada da realidade analítica e elege a práxis como método eficaz, posto que esta combina ação e reflexão crítica sobre a realidade, visando transformá-la. Assim, para Freire, a educação não apenas supera o analfabetismo, como promove formação política.

No quarto capítulo, “Educação e conscientização”, Freire, tomando como referência as iniciativas⁴ do governo João Goulart nos anos 1960, sua preocupação com a democratização da cultura e os altos índices de analfabetismo, analisa a necessidade iminente de combate ao analfabetismo mediante uma educação ativa e crítica para as massas, capaz de promover

⁴ Conjunto de medidas destinadas a enfrentar as desigualdades estruturais do Brasil e promover o desenvolvimento social e econômico. Abrangiam áreas como educação, agricultura, saúde, tributação e política.

transformação social. O autor relata sua experiência no “Projeto de educação de adultos” por ele coordenado, que resultaram na criação de duas instituições denominadas “Círculo de cultura” e “Centro de cultura”. Essas iniciativas tinham como objetivo promover a participação ativa e crítica dos indivíduos na democracia por meio da educação dialógica e participativa.

O processo educativo, para o autor, deve ser ativo, dialógico e crítico, voltado para conscientização, de forma que haja integração entre sujeito e sua realidade social, política e cultural. Essa educação capacita o indivíduo a tornar-se consciente de sua posição e agir de forma transformadora. Nesse sentido, destaca o diálogo como uma relação horizontal, baseada no amor, humildade, confiança e fé, em que ambos os envolvidos buscam juntos algo significativo e esses elementos formam um conjunto capaz de combater a inexperiência democrática, evitar a massificação e desenvolver a consciência crítica nos homens simples, superando a condição adaptada e passiva da consciência ingênua.

Por fim, o autor descreve detalhadamente o método de alfabetização desenvolvido por ele e sua equipe, começando com a “descoberta do universo vocabular” por meio de diálogos que contextualizam as vivências dos alunos. Após, eram escolhidas palavras geradoras⁵ a partir de critérios sintáticos e semânticos específicos, ou seja, considerando a realidade cultural e linguística do grupo de alfabetizandos, sua relevância social e capacidade de gerar discussões críticas. Em seguida, eram propostas atividades em grupo para estimular a leitura e a reflexão crítica sobre os conteúdos, de forma que o método revoluciona a educação ao valorizar o conhecimento prévio dos aprendentes, colaborar de maneira ativa e dialógica na construção do aprendizado, além de promover engajamento gerando uma consciência crítica.

Nessa obra, Paulo Freire evidencia sua enorme sensibilidade e apreço pela educação, enquanto instrumento vital no processo de emancipação dos sujeitos. Também demonstra amplo conhecimento ao explorar os fundamentos históricos do Brasil, com ênfase na forte influência colonial e a supremacia de uma classe minoritária, detentora do capital, em detrimento de outra que, apesar de ser maioria, encontra-se em situação econômica inferior.

⁵ As dezessete **palavras-geradoras** utilizadas no método de alfabetização de adultos em Angicos: favela, chuva, arado, terreno, comida, batuque, poço, bicicleta, trabalho, salário, profissão, governo, mangue, engenho, enxada, tijolo e riqueza.

O autor evidencia a dualidade do trabalho no capitalismo vigente no Brasil, demonstrando como o trabalho manual é desvalorizado em relação ao trabalho intelectual, reforçando as disparidades econômicas e sociais que, além de demonstrar o desinteresse dos ocupantes do poder em oferecer educação de qualidade à população, promove a desigualdade social e perpetua a exclusão social, mantendo a supremacia da classe dirigente.

Ao longo da história, a educação brasileira atravessou inúmeras reformulações, refletindo diferentes contextos políticos, sociais e econômicos. No entanto, ela sempre esteve subordinada aos interesses dos mandatários, perpetuando desigualdades e limitando seu alcance transformador. Talvez, por isso, Paulo Freire seja visto como uma ameaça pela elite dominante, haja vista que a obra dele oferece ferramentas de luta ao povo contra a perpetuação das lideranças opressoras no poder. Sua abordagem crítica e emancipadora, além de expor as desigualdades, instiga os oprimidos a questionarem e transformarem a realidade, desafiando diretamente os opressores.

Embora seja possível verificar avanços significativos na educação brasileira, como melhorias no acesso, democratização do ensino, expansão das redes de ensino básico e o fortalecimento das políticas inclusivas, dentre outras ações, a educação no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados para atingir um padrão de qualidade proposto por Freire, de forma que realmente promova emancipação, inclusão social e transformação da realidade.

A obra de Freire demonstra, de forma evidente, “os atrasos” da sociedade brasileira, fruto das relações de poder, que fazem com que problemas que aconteceram na década de 1960, por exemplo, interfiram na educação brasileira ainda hoje, fazendo-nos refletir acerca da estrutura social e política do Brasil, nos levando a perguntar: ao longo de 60 anos, em que avançamos? Ou será que continuamos travando lutas similares às que Freire travou? A serviço de quê e de quem? Contra quê e contra quem está a educação?

Embora o leitor iniciante e com pouco conhecimento sobre a história brasileira enfrente certa dificuldade ao percorrer os períodos Colonial, Imperial e Republicano, o autor vai revelando fatos, opiniões e contradições e essa abordagem dificulta um pouco a compreensão

do contexto histórico que está sendo tratado. A obra apresenta-se como excelente opção para educadores, pedagogos e pesquisadores interessados em temas relacionados à educação como meio de emancipação.

Submetido em 7 de agosto de 2024.

Aprovado em 20 de janeiro de 2025.